



Por melhorias, TRF-2 adia início de implantação do processo eletrônico

Anunciado para ter início de forma não obrigatória nesta quarta-feira (20/3), o Processo Judicial eletrônico da Justiça Federal (PJe-JF) teve sua implantação adiada no Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Em ofício enviado à seccional fluminense da Ordem dos Advogados do Brasil, a presidente do TRF-2, Maria Helena Cisne, afirma que o parecer da Comissão de Implantação do tribunal apontou a necessidade de "implementar diversas melhorias no sistema, a fim de compatibilizá-lo com as rotinas de processamento e de julgamento desenvolvidas pelos seus usuários".

O documento não determina uma nova data para o funcionamento do PJe. A OAB-RJ já havia comemorado a forma cautelosa como a Justiça Federal pensava em implementar seu processo eletrônico — gradual e com funcionamento simultâneo aos processos em papel. A cautela evitaria os inúmeros problemas que ocorrem, por exemplo, com o PJe na Justiça do Trabalho.

"Pela primeira vez, a OAB foi chamada para ser parceira na construção do sistema eletrônico. Eles já nos disseram, nós precisamos da OAB-RJ", comentou a presidente da Comissão de Direito e Tecnologia da Informação da Seccional, Ana Amelia Barreto, que participou de reuniões e treinamentos do PJe-JF. *Com informações da Assessoria de Imprensa da OAB-RJ.*

Autores: Redação ConJur